

ENTREVISTA DA SEMANA

JANNIRA LARANJEIRA - PRÉ-CANDIDATA A DEPUTADA FEDERAL

“QUEM ESTÁ MORRENDO É A MULHER QUE NUNCA CONSEGUIU PEDIR AJUDA”, AFIRMA DELEGADA EM COMBATE AO FEMINICÍDIO EM MT

VICTOR OSTETTI



PÁGINA 03

ARTIGO

A democracia perde quando mulheres desistem

MAIS NA PÁGINA 2



CHEGOU AS FÉRIAS THE VACATION HAS ARRIED |

Pousada Rio Mutum se destaca como destino turístico no Pantanal em julho

Rio Mutum Inn stands out as a tourist destination in the Pantanal in July

Visitantes buscam descanso, aventura e imersão na natureza durante a temporada de inverno no Pantanal mato-grossense
Visitors seek rest, adventure, and immersion in nature during the winter season in the Pantanal of Mato Grosso.



Com a chegada das férias escolares de julho, aumenta a procura por destinos que combinam natureza, tranquilidade e experiências imersivas. No coração do Pantanal mato-grossense, a região de Pantanal volta a ganhar destaque no cenário turístico nacional, impulsionada por visitantes que buscam fugir do ritmo acelerado dos grandes centros urbanos. Nesse contexto, a Pousada Rio Mutum, localizada no município de Barão de Melgaço, se consolida como um dos destinos mais procurados do período. Inserida em uma área de paisagens preservadas, cercada por rios, baías e vegetação típica do Pantanal, a pousada tem atraído turistas de diferentes regiões do país. **Pág. 6**

With the arrival of the July school holidays, demand increases for destinations that combine nature, tranquility, and immersive experiences. In the heart of the Mato Grosso Pantanal, the Pantanal region is once again gaining prominence on the national tourism scene, driven by visitors seeking to escape the fast pace of large urban centers. In this context, the Pousada Rio Mutum, located in the municipality of Barão de Melgaço, is establishing itself as one of the most sought-after destinations during this period. Set within an area of preserved landscapes, surrounded by rivers, bays, and typical Pantanal vegetation, the lodge has been attracting tourists from different regions of Brazil. **Page. 6**





PÁGINA 07

ELEIÇÃO MAIS SEGURA |

Gaeco, Naco e órgãos de controle intensificam fiscalização e ampliam cerco à política de MT antes das eleições

Estruturas de investigação reforçadas, integração entre órgãos de controle e ampliação da atuação em crimes eleitorais elevam a fiscalização sobre agentes públicos.

APÓS 4 ANOS SEM CHAMAR

Governo convoca últimos aprovados da PM e amplia valorização da carreira em MT

Cerca de 220 soldados e dois oficiais médicos foram convocados, encerrando a lista de aprovados do concurso de 2022.

O Governo de Mato Grosso anunciou a convocação de 220 candidatos aprovados no concurso público da Polícia Militar realizado em 2022, encerrando a lista de classificados para o cargo de soldado. **Pág. 5**



CADA UM NO SEU QUADRADO |

Secretário atribui ao Ibama demora em licenças e diz que sinalização em obras do BRT é responsabilidade dos municípios

Marcelo afirmou que o Governo tem cumprido sua parte nas rodovias estaduais.

Enquanto atribuiu ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a demora na liberação de algumas licenças ambientais necessárias para empreendimentos rodoviários.



PÁGINA 08

ARTIGO

A democracia perde quando mulheres desistem

Quando se fala em participação feminina na política, quase sempre a discussão começa pelos números: quantas mulheres foram eleitas, quantas chegaram às câmaras, às prefeituras, às assembleias e ao Congresso.

Os números importam, mas mostram só o resultado final de um problema que começa muito antes da urna.

A política perde mulheres quando uma liderança preparada pensa em disputar e desiste. Perde quando uma professora, uma médica, uma empresária, uma produtora rural, uma servidora pública, uma advogada ou uma líder comunitária olha para esse ambiente e entende que talvez não valha a pena expor a família, enfrentar ataques, ser julgada pela aparência, pela vida pessoal ou por cobranças que os homens raramente enfrentam.

A pergunta que precisamos fazer é outra: o que ainda afasta tantas mulheres da política antes mesmo de elas come-

çarem?

Não falta capacidade. Não falta coragem. Não falta preparo. Falta apoio real, estrutura, espaço dentro dos partidos, respeito no debate público e condições para que essas mulheres disputem de verdade.

Tenho trabalhado para mudar essa realidade dentro e fora do Parlamento. À frente do MDB de Mato Grosso, tenho defendido que a participação feminina não pode ser tratada como obrigação de nominata ou discurso de ocasião. Precisa ser compromisso partidário, com incentivo, acolhimento, formação, valorização e espaço real para mulheres que já lideram em seus municípios, mas que muitas vezes ainda não se sentem chamadas para entrar na vida pública.

O MDB tem buscado fortalecer esse caminho, estimulando novas candidaturas femininas, ouvindo lideranças do interior, abrindo espaço para mulheres competitivas e mostrando que partido



forte é aquele que prepara, respeita e dá protagonismo às mulheres.

Mulher na política não quer favor. Quer oportunidade justa. Quer ser avaliada pelo trabalho, pelas ideias, pela entrega e pela capacidade de representar a população.

Quando uma mulher desiste, quem perde é a sociedade. Perde o município que poderia ter uma vereadora atuante. Perde o Estado que poderia ter mais mulheres ajudando a construir políticas públicas. Perde a democracia, porque nenhuma democracia é completa quando metade da população ainda enfrenta tantas barreiras para participar das decisões.

Meninas precisam crescer vendo mulheres em posições de liderança como algo natural. Preci-

samos olhar para uma Câmara Municipal, uma Assembleia Legislativa, uma prefeitura, o Senado ou qualquer outro espaço de poder e entender que aquele lugar também pode ser delas.

A política precisa parar de perder mulheres antes da disputa começar. Precisa abrir portas, proteger trajetórias e respeitar quem tem coragem de participar da vida pública.

Democracia forte também se mede pela capacidade de fazer mais mulheres acreditarem que podem entrar, permanecer e transformar a vida das pessoas.

JANAINA RIVA É BACHAREL EM DIREITO, DEPUTADA ESTADUAL MAIS VOTADA DE MATO GROSSO, PRESIDENTE DO MDB-MT E PRÉ-CANDIDATA A SENADORA.

EDITORIAL

VOTO CONSCIENTE



Em períodos eleitorais, cresce a circulação de promessas, discursos emocionados e propostas que, muitas vezes, parecem resolver problemas históricos de forma simples. É justamente nesse cenário que se torna ainda mais importante a reflexão sobre a escolha do voto.

Avaliar quem irá ocupar cargos públicos não deve ser um ato guiado apenas por simpatia, identidade partidária ou discursos de ocasião. O voto é uma decisão com impacto direto na vida cotidiana: na saúde, na educação, na

infraestrutura, na segurança e na gestão dos recursos públicos.

Por isso, é fundamental observar a trajetória dos candidatos, sua coerência ao longo do tempo, suas responsabilidades anteriores e a capacidade real de executar aquilo que defendem em campanha. Promessas devem ser analisadas com cautela, especialmente quando não vêm acompanhadas de planejamento, dados ou histórico de entrega.

Também é importante considerar o comportamento público dos postulantes

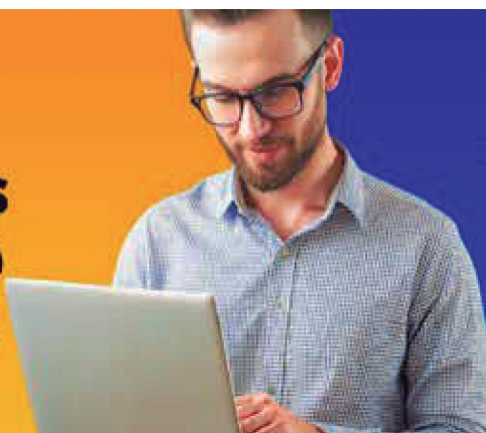
ao longo do mandato, ou de suas atuações anteriores em cargos políticos, administrativos ou representativos. A forma como lidam com o diálogo institucional, com a fiscalização e com a prestação de contas diz muito sobre como poderão agir no exercício do poder.

Outro ponto essencial é buscar informação de diferentes fontes, evitando decisões baseadas apenas em recortes de redes sociais ou conteúdos descontextualizados. O acesso a informações mais amplas ajuda a reduzir distorções e amplia a capacidade de análise.

O voto consciente não significa perfeição na escolha, mas sim responsabilidade na decisão. Em uma democracia, cada eleição é uma oportunidade de correção de rumos, e essa possibilidade depende diretamente da atenção e do critério de cada eleitor.

Mais do que uma obrigação formal, o voto é uma forma de participação ativa na construção do futuro coletivo. E quanto mais qualificada for a avaliação de quem recebe esse voto, mais fortalecidas tendem a ser as instituições e a própria vida pública.

UM MILHÃO/MÊS
DE ACESSOS



JORNAL Popular 26 ANOS

WWW.COPOPULAR.COM.BR

“Quem está morrendo é a mulher que nunca conseguiu pedir ajuda”, afirma delegada em combate ao feminicídio em MT



Centro Oeste Popular – A senhora já coordenou o Plantão de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica e Sexual de Cuiabá e possui ampla experiência no enfrentamento à violência contra a mulher. Diante do recente aumento dos casos de feminicídio em Mato Grosso, como a senhora avalia o cenário atual da violência de gênero no estado? Quais fatores, na sua avaliação, têm contribuído para esse quadro?

Jannira Laranjeira – Mais uma vez, estamos repetindo um modelo que já vem sendo adotado pelo poder público. São lançados novos programas, projetos e ferramentas de proteção, como o botão do pânico, a tornozeleira eletrônica para agressores e as delegacias de atendimento 24 horas. São iniciativas importantes, mas a população continua fazendo a mesma pergunta: por que os índices de feminicídio e de violência contra a mulher ainda não diminuem de forma significativa?

Na minha avaliação, isso acontece porque ainda não conseguimos enfrentar o principal desafio, que é a subnotificação. As políticas públicas existentes ainda não conseguem alcançar as mulheres que permanecem invisíveis para o sistema de proteção, aquelas que nunca chegam a registrar um boletim de ocorrência ou pedir ajuda formalmente.

Além disso, a rede de proteção precisa ser fortalecida. As políticas públicas ainda não chegam de forma efetiva aos locais onde a violência acontece, especialmente nos municípios do interior, que muitas vezes permanecem desassistidos e com estrutura insuficiente para acolher essas vítimas.

Esse é um desafio que precisa ser enfrentado de forma conjunta pelo governo e por todos os órgãos que integram a rede de proteção. Somente com uma atuação articulada, preventiva e capaz de identificar precocemente os casos de violência será possível reduzir, de fato, os índices de feminicídio e proteger mais mulheres.

Centro Oeste Popular – A senhora costuma afirmar que a subnotificação é um dos principais desafios no combate ao feminicídio. Por que tantas mulheres ainda não conseguem acessar a rede de proteção antes de serem vítimas de crimes mais graves? E quais medidas considera essenciais para que saúde, educação, assistência social, escolas e demais instituições atuem de forma integrada na identificação desses casos?

Jannira Laranjeira – Na minha avaliação, o principal problema é que ainda não estamos conseguindo enfrentar a subnotificação dos casos de violência contra a mulher. Apesar dos avanços nas políticas públicas, elas ainda não chegam de forma efetiva aos locais onde a violência acontece, especialmente no interior do Estado, que continua desassistido em muitos aspectos. Esse é um desafio que não é apenas do governo, mas de todos os órgãos que compõem a rede de proteção.

Hoje, ainda atuamos de forma muito reativa. Esperamos que a mulher procure uma delegacia, registre um bo-

letim de ocorrência e peça ajuda. Mas sabemos que essa não é a realidade da maioria das vítimas. Precisamos alcançar justamente aquelas mulheres que estão tentando pedir socorro em outros espaços, como nas unidades de saúde, nas escolas, na assistência social, no ambiente de trabalho, nas igrejas e em tantos outros locais por onde elas passam diariamente.

Muitas vezes, essas mulheres dão sinais claros de que estão sofrendo violência, mas acabam sendo acolhidas e, depois, retornam para o mesmo ambiente onde continuam expostas ao agressor. Ainda não temos políticas públicas capazes de entrar nesse contexto familiar e interromper esse ciclo de violência antes que ele resulte em um feminicídio.

Quem, muitas vezes, perde a vida é justamente a mulher que nunca registrou um boletim de ocorrência, que talvez não tenha acesso a uma delegacia, que desconheça seus direitos ou que sequer consiga pedir ajuda. Por isso, considero que a subnotificação é o principal desafio que precisamos enfrentar.

Esse cenário só começará a mudar quando fortalecermos verdadeiramente a rede de proteção. Mais do que reunir os órgãos periodicamente, é preciso estabelecer uma comunicação efetiva entre saúde, educação, assistência social, segurança pública e sistema de Justiça. Precisamos definir protocolos, fluxos de atendimento e mecanismos de compartilhamento de informações que permitam identificar essas mulheres antes que a violência se agrave.

Hoje, costumamos dizer que existe uma rede de proteção, mas, na prática, ela ainda funciona de forma fragmentada. Enquanto continuarmos desenvolvendo políticas voltadas apenas para as mulheres que já conseguiram denunciar seus agressores, continuaremos repetindo o mesmo cenário ano após ano, sem reduzir de forma consistente os índices de violência e feminicídio.

Centro Oeste Popular – Com todos os números alarmantes, quais são as principais falhas da rede de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica? O que precisa ser feito para que saúde, educação, assistência social, segurança pública e o sistema de Justiça atuem de forma realmente integrada na prevenção dos feminicídios?

Jannira Laranjeira – Quando falamos em enfrentamento à violência doméstica, não gosto de limitar esse debate apenas à polícia, à segurança pública ou ao sistema de Justiça. Essas instituições são fundamentais, mas elas atuam, na maioria das vezes, quando a violência já aconteceu. A mulher que registra um boletim de ocorrência, em muitos casos, passa a contar com medidas protetivas e com o acompanhamento da Patrulha Maria da Penha. O grande desafio é alcançar aquelas mulheres que nunca chegam até a delegacia.

Precisamos olhar para a mulher que procura atendimento na unidade de saúde, para a criança que apresenta queda no rendimento escolar porque convive com a violência dentro de casa, para o adolescente que relata essa realidade à equipe psicossocial da escola. Onde está a política pública capaz de identificar esses sinais e intervir antes que a violência se torne ainda mais grave?

Também precisamos discutir a segurança jurídica dos profissionais que fazem esse primeiro acolhimento. Médicos, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos e profissionais da educação precisam ter respaldo para notificar esses casos e encaminhá-los à rede de proteção. Não basta existir legislação; é necessário que ela seja efetiva, com protocolos claros e garantia de proteção para quem atua na linha de frente.

Hoje, muitas mulheres procuram os serviços públicos em busca de benefícios sociais, atendimento médico ou apoio psicológico. Elas chegam machucadas, emocionalmente abaladas e, muitas vezes, relatam a violência que estão sofrendo. São acolhidas, ouvidas, mas acabam retornando para o mesmo ambiente onde continuam expostas ao agressor. É justamente nesse ponto que a rede de proteção precisa ser fortalecida.

Outro aspecto que considero indispensável é o trabalho voltado aos autores da violência. No ano passado, tivemos mais de 19 mil medidas protetivas concedidas. Mas quantos desses homens participaram de grupos reflexivos ou de programas de responsabilização? Essa estrutura existe em todos os municípios, especialmente no interior? Se não estamos trabalhando para mudar o comportamento do agressor, estamos deixando de enfrentar uma parte importante do problema.

É claro que, a longo prazo, precisamos investir em educação, conscientização e mudança cultural, levando esse debate para as escolas e formando novas gerações com uma cultura de respeito. Mas, neste momento, também precisamos de políticas públicas capazes de identificar a mulher que já está sendo vítima de violência, muitas vezes adoecida física e emocionalmente, antes que ela se torne mais um caso de feminicídio.

Centro Oeste Popular – Apesar dos avanços na criação de mecanismos de proteção, ainda há municípios de Mato Grosso onde ferramentas como o botão do pânico não estão disponíveis ou funcionam de forma limitada. Diante disso tudo, quais são os principais entraves para ampliar esses recursos e garantir uma resposta rápida e eficaz às mulheres em situação de risco?

Jannira Laranjeira – Recentemente, fui questionada por uma assistente social sobre o motivo de o botão do pânico não funcionar em Santo Antônio de Leverger, um município tão próximo de Cuiabá. Essa é uma dúvida legítima e que revela um problema estrutural.

Quem atua diariamente na delegacia sabe que o funcionamento desse mecanismo depende de uma estrutura específica. O botão do pânico está vinculado às centrais que atendem as ocorrências do 190, responsáveis por demandas como tráfico de drogas, roubos, furtos, acidentes e diversas outras situações de emergência. Em muitos municípios, essa estrutura ainda não existe ou não é suficiente para garantir um atendimento ágil e especializado às mulheres em situação de violência.

Isso demonstra que o enfrentamento à violência doméstica ainda não recebe a prioridade que deveria. Enquanto não houver investimentos, estrutura adequada e direcionamento específico para o acolhimento dessas ocorrências, conti-

À frente de investigações e do atendimento a vítimas de violência doméstica por anos, a delegada Jannira Laranjeira construiu sua carreira no enfrentamento à violência contra a mulher em Mato Grosso. Ex-coordenadora do Plantão de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica e Sexual de Cuiabá, ela se tornou uma das vozes mais atuantes na defesa do fortalecimento da rede de proteção, da prevenção ao feminicídio e da integração entre os órgãos públicos responsáveis pelo acolhimento das vítimas.

Agora, a delegada leva essa experiência para um novo desafio. Pré-candidata a deputada federal pelo MDB, Jannira afirma que pretende transformar a vivência adquirida na segurança pública em propostas para aperfeiçoar a legislação e ampliar as políticas públicas voltadas às mulheres, crianças, idosos e demais grupos em situação de vulnerabilidade.

Nesta entrevista ao Centro Oeste Popular, ela faz um diagnóstico sobre o cenário da violência de gênero em Mato Grosso, aponta a subnotificação como um dos principais obstáculos no combate ao feminicídio, critica a falta de integração entre os órgãos da rede de proteção, defende investimentos em prevenção e acolhimento e explica por que decidiu ingressar na política. Também fala sobre a criação do Movimento Voz, iniciativa voltada ao acolhimento de mulheres vítimas de violência, e comenta sua escolha pelo MDB para disputar uma vaga na Câmara dos Deputados.

nuaremos apenas reagindo aos casos, em vez de preveni-los. Continuaremos, como costume dizer, enjugando gelo

Centro Oeste Popular – Ao longo da sua carreira, a senhora atuou em diferentes delegacias especializadas e, nos últimos anos, esteve diretamente à frente do enfrentamento à violência doméstica e ao feminicídio. Conviver diariamente com essas histórias certamente traz desafios pessoais e profissionais. O que a motiva a continuar nessa missão? É por que decidiu levar essa experiência para a política partidária? A senhora acredita que poderá contribuir de forma mais efetiva na formulação e implementação de políticas públicas?

Jannira Laranjeira – Como delegada, convivo diariamente com histórias de dor, sofrimento e famílias destruídas pela violência. Vejo de perto o impacto que esses crimes provocam na vida das mulheres, dos filhos e de toda a estrutura familiar. Ao mesmo tempo, também percebo que ainda existe um silenciamento institucional que dificulta avanços. Muitas vezes, quando se tenta fazer algo além do que já existe, é preciso enfrentar inúmeras barreiras.

Foi essa realidade que me levou a refletir sobre a necessidade de ampliar minha atuação. Com a experiência que acumulei ao longo da carreira, compreendi que algumas transformações só serão possíveis por meio da formulação de políticas públicas e do fortalecimento da legislação.

Precisamos de normas que garantam, na prática, a atuação integrada da rede de proteção. Não basta existir uma lei determinando a notificação dos casos de violência pelas unidades de saúde; é preciso oferecer segurança e respaldo aos profissionais para que esse trabalho seja efetivamente realizado. Da mesma forma, a educação precisa ter protocolos claros, que saiam do papel e contribuam para identificar e enfrentar a violência desde os primeiros sinais.

Acredito que, quando assumimos o compromisso de transformar a realidade ao nosso redor, também precisamos ter clareza sobre onde podemos gerar maior impacto. Hoje, tenho essa convicção. Entendo que chegou o momento de ampliar minha contribuição, levando toda a experiência adquirida ao longo da minha trajetória para um espaço onde seja possível fortalecer políticas públicas, aperfeiçoar a legislação e ampliar a proteção às mulheres e às famílias.

É por essa razão, por toda a experiência que vivi e pelo profundo compromisso com a justiça e a defesa da vida, que decidi colocar meu nome à disposição para esse novo desafio

Centro Oeste Popular- O Movimento Voz foi lançado em novembro de 2025, durante a campanha dos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres e Meninas. Como nasceu essa iniciativa? O que ela representa na sua trajetória e de que forma contribui para ampliar o debate e as ações de enfrentamento à violência contra a mulher em Mato Grosso?

Jannira Laranjeira – O Movimento Voz nasceu da minha experiência profissional e, principalmente, da escuta das mulheres que acolhemos ao longo dos anos. Ele surgiu da compreensão de que era preciso fazer mais, contribuir de forma ainda mais efetiva no enfrentamento à violência contra a mulher.

O projeto é formado por uma rede de

mulheres voluntárias que decidiram doar seu tempo, conhecimento e dedicação para acolher outras mulheres em situação de vulnerabilidade. Hoje contamos com uma página de atendimento, um protocolo de acolhimento e um questionário que permite identificar a necessidade de quem procura ajuda. A partir disso, conseguimos oferecer orientação individualizada, encaminhamentos e, em muitos casos, assistência jurídica.

Ainda é um trabalho pequeno diante da dimensão do problema, mas já estamos alcançando um número significativo de mulheres, além de desenvolver ações preventivas em escolas, com adolescentes e jovens. A prevenção é um dos pilares do Movimento Voz, porque acreditamos que a informação e o diálogo são fundamentais para romper o ciclo da violência.

O movimento também nasceu da urgência de mobilizar toda a sociedade. O enfrentamento à violência doméstica não pode ser uma responsabilidade exclusiva das forças de segurança ou do sistema de Justiça. É preciso envolver os parceiros, as famílias, as igrejas, as associações de bairro e toda a comunidade, para que essa rede de proteção seja realmente efetiva.

É justamente esse propósito que tem despertado o interesse de cada vez mais pessoas. Muitas assistentes sociais, lideranças comunitárias e representantes de igrejas nos procuram dizendo que querem contribuir, abrir espaço para palestras e participar como voluntárias. O Movimento Voz cresce a partir desse engajamento coletivo, com o objetivo de dar voz às mulheres e romper o silêncio que, por tanto tempo, fez com que muitas delas sofressem e adoecessem sozinhas

Centro Oeste Popular – A senhora anunciou sua filiação ao MDB para disputar as próximas eleições. Como foi o processo de escolha do partido? Quais fatores pesaram nessa decisão e de que forma ocorreu o diálogo com as lideranças da legenda, especialmente com a deputada estadual Janaina Riva, que também tem uma atuação voltada à defesa dos direitos das mulheres e ao enfrentamento da violência de gênero?

Jannira Laranjeira – A escolha pelo MDB partiu, antes de tudo, da compreensão de que o partido é um instrumento indispensável para quem deseja disputar um cargo eletivo. No Brasil, para concorrer a uma eleição é necessário estar filiado a uma legenda, então esse foi o ponto de partida.

Naturalmente, a identidade do partido e de suas lideranças também teve um peso importante na minha decisão. A deputada Janaina Riva é uma referência para mim. É uma mulher que admiro pela sua atuação e pelo compromisso com pautas que também fazem parte da minha trajetória, como a defesa dos servidores públicos, das mulheres, das crianças, das pessoas idosas e de outros grupos em situação de vulnerabilidade.

Esse alinhamento de princípios e de bandeiras foi determinante para a minha escolha. No MDB, encontrei um espaço onde me senti acolhida e onde acredito que poderei exercer minha voz e representar essas causas. Foi a legenda que abriu as portas para que eu colocasse meu nome como pré-candidata à Câmara dos Deputados, e esse acolhimento fez toda a diferença. Também fui muito bem recebida pela presidente estadual do partido, deputada Janaina Riva, o que reforçou minha convicção de que fiz a escolha certa para iniciar essa caminhada política.

DISPUTA ACIRRADA

ANA CAROLINA GUERRA

Dilmar descarta plano B no União Brasil, defende Mauro e critica repercussão de investigação sobre Banco Master

Líder do governo afirma que abertura de inquérito não altera estratégia eleitoral do partido



O deputado estadual e líder do governo na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), Dilmar Dal Bosco (União Brasil), afirmou que o partido mantém seu planejamento político para as eleições de 2026 e descartou qualquer discussão sobre um eventual plano alternativo diante da abertura de investigação envolvendo o

Banco Master e contratos de crédito consignado durante a gestão do ex-governador Mauro Mendes (União Brasil). O parlamentar avaliou que ainda é prematuro fazer qualquer análise política sobre o caso e defendeu que as apurações ocorram dentro da normalidade institucional, sem julgamentos antecipados.

Segundo Dilmar, a abertura de um inquérito não representa condenação e deve ser tratada com cautela até que os fatos sejam devidamente esclarecidos pelas autoridades competentes. “O Mauro já respondeu sobre esse assunto e nós entendemos que é preciso aguardar. Inquérito não significa condenação.

Todos que estão na vida pública já foram alvos de questionamentos ou investigações em algum momento. O correto é esperar o andamento dos fatos”, afirmou. O deputado ressaltou que o União Brasil segue concentrado na construção do projeto eleitoral para o próximo ano e reforçou o apoio às pré-candidaturas de Mauro Mendes ao Senado Federal e de Virginia Mendes à Câmara dos Deputados. Para o parlamentar, ambos possuem forte potencial eleitoral e representam nomes competitivos para a disputa de 2026. Ele destacou ainda que a sigla trabalha para ampliar sua representação tanto na bancada federal quanto na Assembleia Legislativa. “O partido está unido e focado no projeto que foi construído. Nossa meta é fortalecer a representação do União Brasil em Mato Grosso e continuar contribuindo para o desenvolvimento do estado”, declarou. O parlamentar também comentou a ausência de algumas lideranças da sigla no evento de

lançamento das pré-candidaturas. Segundo ele, a situação não deve ser interpretada como sinal de divisão interna, já que muitos dirigentes e parlamentares possuem agendas previamente definidas em diversas regiões do estado. De acordo com Dilmar, o momento exige diálogo e construção política, especialmente diante da proximidade do calendário eleitoral. O líder governista também comentou as articulações em torno da disputa ao Governo de Mato Grosso e ressaltou a importância do diálogo entre o ex-governador Mauro Mendes e o senador Jaime Campos (União Brasil), considerado uma das principais lideranças da legenda no estado. Segundo ele, as conversas entre os dois líderes demonstram maturidade política e reforçam o compromisso do partido com a definição de uma estratégia eleitoral competitiva para 2026. Ao abordar a recente inauguração do primeiro trecho da Ferrovia Estadual Vicente Vuolo, Dilmar

afirmou que o empreendimento é resultado da atuação conjunta de diferentes lideranças políticas e instituições, destacando o papel do Governo do Estado, da Assembleia Legislativa, da bancada federal e do setor produtivo para viabilizar a obra. O deputado também minimizou questionamentos sobre a participação de determinadas autoridades durante a cerimônia de inauguração e avaliou que o mais importante é o avanço da infraestrutura logística de Mato Grosso. Por fim, Dilmar reforçou que o União Brasil continuará discutindo internamente o calendário de convenções partidárias e a composição das futuras chapas, mas garantiu que, neste momento, a prioridade é fortalecer as pré-candidaturas já colocadas e manter o foco na construção do projeto eleitoral para 2026. “Estamos trabalhando, dialogando e construindo. O partido tem um projeto sólido para o estado e vamos continuar avançando nessa direção”, concluiu.

MAIS DE 20 MIL CASOS

ANA CAROLINA GUERRA

Sequelas da chikungunya afastam trabalhadores e preocupam especialistas em Mato Grosso

Estado lidera condição que compromete a qualidade de vida, reduz a produtividade e amplia impactos econômicos



Mato Grosso enfrenta um cenário preocupante em relação à chikungunya. Além do elevado número de casos registrados neste ano, o estado também chama atenção pelas sequelas deixadas pela doença, especialmente as dores articulares persistentes que podem permanecer por meses após o período agudo da infecção. O problema tem provocado afastamentos do trabalho, limitações físicas e prejuízos à qualidade de vida de milhares de pessoas. Com mais de 20 mil casos confirmados, o estado lidera os índices nacionais de pacientes que desenvolvem dores crônicas após a infecção. Diferentemente dos sintomas iniciais, que costumam

desaparecer após alguns dias, muitos pacientes continuam convivendo com dores intensas nas articulações, dificuldade de locomoção e restrições para realizar tarefas simples da rotina. Quando os sintomas permanecem por mais de três meses, o quadro passa a ser considerado uma condição crônica. As sequelas atingem principalmente mãos, joelhos, tornozelos, punhos e ombros, comprometendo movimentos básicos e afetando diretamente a capacidade laboral de trabalhadores de diversos setores. Os impactos são sentidos tanto no campo quanto na cidade. Em atividades que exigem esforço físico, como agricultura, construção civil

e indústria, as limitações provocadas pela doença dificultam o desempenho das funções. Em escritórios e ambientes administrativos, o desconforto prolongado também interfere na produtividade, na concentração e na permanência durante longas jornadas de trabalho. A dor crônica causada pela chikungunya tem se tornado um fator de preocupação não apenas para a saúde dos pacientes, mas também para o mercado de trabalho. Segundo a médica especialista em dor Kellyn Ferreira, a persistência dos sintomas pode comprometer significativamente a capacidade laboral, reduzir a produtividade e aumentar os riscos de acidentes durante a execução das atividades profissionais.

Em casos mais graves, as limitações físicas provocadas pela doença podem até resultar em aposentadoria precoce, afastando trabalhadores de suas funções e gerando impactos para os setores produtivos. A especialista explica ainda que as sequelas da chikungunya vão além das dores articulares e podem afetar diversos aspectos da vida do paciente. Alterações no sono, irritabilidade, ansiedade e redução da qualidade de vida são consequências frequentemente observadas em pessoas que convivem com a dor persistente. Ela destaca que muitos pacientes apresentam sofrimento contínuo mesmo quando exames convencionais não identificam alterações

significativas, tornando fundamental uma avaliação especializada para definição do tratamento mais adequado. Outro ponto de alerta é a automedicação. De acordo com Kellyn Ferreira, a busca por alívio imediato da dor leva muitos pacientes ao uso frequente de analgésicos sem orientação médica, prática que pode mascarar sintomas, retardar

diagnósticos e causar danos à saúde, especialmente aos rins e ao sistema gastrointestinal. Por isso, ela recomenda que pessoas que apresentam dores prolongadas, limitações de movimento ou desconfortos persistentes procurem acompanhamento especializado para evitar o agravamento do quadro e acelerar a recuperação da funcionalidade e da qualidade de vida.



APÓS 4 ANOS SEM CHAMAR

ANA CAROLINA GUERRA

Governo Estadual convoca últimos aprovados da PM e amplia valorização da carreira militar em Mato Grosso

Cerca de 220 soldados e dois oficiais médicos foram convocados, encerrando a lista de aprovados do concurso de 2022

O Governo de Mato Grosso anunciou a convocação de 220 candidatos aprovados no concurso público da Polícia Militar realizado em 2022, encerrando a lista de classificados para o cargo de soldado. Os novos militares serão destinados aos municípios de Confresa, Alta Floresta, Juína e Peixoto de Azevedo, considerados estratégicos para o reforço do policiamento no interior do Estado. Além dos soldados, também foram convocados dois oficiais médicos aprovados no mesmo certame.

Durante o anúncio, o governador Otaviano Pivetta (União) também confirmou medidas voltadas à valorização da carreira militar. Entre elas, a promoção de 18 capitães do Corpo de Bombeiros Militar ao posto de major, a ascensão de 50 primeiros-sargentos à graduação de subtenente e a assinatura de um projeto de lei que autoriza a promoção de 45 capitães da Polícia Militar ao posto de major. A proposta será encaminhada à Assembleia Legislativa para apreciação dos deputados estaduais.

O presidente da Assembleia Legislativa, Max Russi (Podemos), afirmou que a valorização dos profissionais da segurança pública continuará sendo uma das principais pautas defendidas pelo Parlamento estadual. Se-



gundo ele, a criação de novas vagas na estrutura das corporações permitirá corrigir uma situação que há anos limitava o crescimento funcional dos militares.

“Muitos oficiais já tinham direito à promoção, mas a carreira estava travada porque não existiam vagas suficientes na estrutura da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Esse projeto corrige essa distorção e reconhece profissionais que há muito tempo aguardavam essa oportunidade”, afirmou.

Russi ressaltou que a expectativa é de que a proposta seja aprovada com apoio da maioria dos parlamentares para que possa ser sancionada rapidamente.

Além disso, também ampliou o debate para outras áreas da administração pública e defendeu novas convocações em concursos ainda vigentes.

“Defendo que, havendo necessidade e existindo cadastro de reserva, essas pessoas sejam chamadas. Isso vale para a Saúde, para a Educação e para outras áreas que precisam reforçar seus quadros. Vamos continuar trabalhando para que isso aconteça”, disse.

O comandante-geral da Polícia Militar, Fernando Tinoco, destacou que o chamamento representa um importante avanço para a corporação e permitirá fortalecer o policiamento em municípios que

ainda enfrentam déficit de efetivo.

“Essa é uma conquista muito importante para a Polícia Militar. Estamos convocando todos os classificados que ainda permaneciam na lista, demonstrando o compromisso do Estado com a segurança pública e com a formação de novos policiais”, afirmou.

Segundo Fernando Tinoco, a estratégia adotada pela corporação prioriza a formação regionalizada, permitindo que os novos militares desenvolvam vínculo com as comunidades onde irão atuar.

“Esses profissionais serão encaminhados para polos de formação no interior do Estado e, posteriormente, permanecerão nessas regiões.

Isso cria identidade com a população e fortalece o atendimento prestado à sociedade”, explicou.

O comandante informou que parte dos novos policiais será destinada aos polos que ainda não tiveram o efetivo completamente recomposto.

“Vamos priorizar localidades que ainda possuem déficit de policiais para garantir que todos os polos estejam completos e preparados para atender a população”, acrescentou.

Além disso, o deputado estadual Eliseu Nascimento, que acompanhou as reivindicações dos aprovados desde o início do processo, classificou a convocação como o encerramento de uma luta iniciada ainda durante a realização

do concurso.

“É uma grande conquista para a Polícia Militar, para a Assembleia Legislativa e para todos que trabalharam para que esse momento acontecesse. Desde o início defendemos a realização do concurso e o chamamento gradativo dos aprovados”, afirmou.

O parlamentar lembrou que o ingresso dos candidatos ocorreu em etapas e que, com a nova convocação, todos os aprovados para o cargo de soldado passam a integrar a corporação.

Eliseu também reconheceu o trabalho conjunto entre os Poderes para viabilizar a medida.

“Esse resultado só foi possível graças ao diálogo entre o Governo do Estado, a Assembleia Legislativa, o comando da Polícia Militar e todos que entenderam a necessidade de ampliar o efetivo. Quem ganha com isso é a população mato-grossense”, concluiu.

Segundo dados do Governo de Mato Grosso, desde o fim de março deste ano 1.013 profissionais já foram convocados para reforçar as forças de segurança pública. As nomeações seguem o planejamento administrativo e a capacidade orçamentária do Estado, com o objetivo de ampliar a presença das forças de segurança em todas as regiões mato-grossenses e garantir melhores condições de atendimento à população.

DE UM MILHÃO DE ACESSOS

www.copopular.com.br

CENTRO OESTE
Popular 26 ANOS

CHEGOU AS FÉRIAS THE VACATION HAS ARRIED | LUCAS LEITE

Pousada Rio Mutum se destaca como destino turístico no Pantanal em julho

Rio Mutum Inn stands out as a tourist destination in the Pantanal in July

Visitantes buscam descanso, aventura e imersão na natureza durante a temporada de inverno no Pantanal mato-grossense
Visitors seek rest, adventure, and immersion in nature during the winter season in the Pantanal of Mato Grosso.

Com a chegada das férias escolares de julho, aumenta a procura por destinos que combinam natureza, tranquilidade e experiências imersivas. No coração do Pantanal mato-grossense, a região de Pantanal volta a ganhar destaque no cenário turístico nacional, impulsionada por visitantes que buscam fugir do ritmo acelerado dos grandes centros urbanos.

Nesse contexto, a Pousada Rio Mutum, localizada no município de Barão de Melgaço, se consolida como um dos destinos mais procurados do período. Inserida em uma área de paisagens preservadas, cercada por rios, baías e vegetação típica do Pantanal, a pousada tem atraído turistas de diferentes regiões do país.

Julho é considerado um dos melhores meses para visitar o Pantanal devido às condições climáticas mais secas, que favorecem o deslocamento e ampliam as chances de observação da fauna silvestre. Nesse período, espécies como jacarés, capivaras, tuiuiús e araras costumam ser vistas com maior facilidade, o que reforça o apelo da região para o ecoturismo e a fotografia de natureza.

A programação oferecida pela pousada inclui passeios de barco, trilhas ecológicas, safáris fotográficos e atividades de observação de aves. A proposta é proporcionar uma imersão direta no bioma pantaneiro, permitindo que os visitantes tenham contato próximo com a biodiversidade local e suas paisagens características.

Além das experiências ao ar livre, a estrutura de hospedagem é um dos pontos destacados pelos visitantes. As acomodações foram planejadas para oferecer conforto sem perder a integração com o ambiente natural. O atendimento personalizado e a culinária regional também integram o conjunto de diferenciais do empreendimento.

Outro aspecto que vem ganhando relevância é o compromisso com o turismo sustentável. A pousada desenvolve iniciativas voltadas à preservação ambiental e à valorização da cultura pantaneira, buscando equilibrar a atividade turística com a conservação do ecossistema.



Com a tendência de crescimento do turismo interno e da busca por experiências em meio à natureza, a expectativa para a temporada de julho é de alta movimentação na região. Para quem procura descanso, aventura e contato direto com um dos biomas mais ricos do planeta, o destino se apresenta como uma das opções em evidência no estado de Mato Grosso.

Endereço: Rodovia Mimoso/Capoeirinha, Km 15 – Zona Rural – Barão de Melgaço (MT)
Telefones: (65) 3052-7022 / (65) 99671-7022

With the arrival of the July school holidays, demand increases for destinations that combine nature, tranquility, and immersive experiences. In the heart of the Mato Grosso Pantanal,

the Pantanal region is once again gaining prominence on the national tourism scene, driven by visitors seeking to escape the fast pace of large urban centers.

In this context, the Pousada Rio Mutum, located in the municipality of Barão de Melgaço, is establishing itself as one of the most sought-after destinations during this period. Set within an area of preserved landscapes, surrounded by rivers, bays, and typical Pantanal vegetation, the lodge has been attracting tourists from different regions of Brazil.

July is considered one of the best months to visit the Pantanal due to drier weather conditions, which make travel easier and increase the chances of wildlife sightings. During this period, species such as alligators, capybaras, jabiru storks, and macaws are more easily spotted, enhancing the region's appeal for ecotourism and nature photography.

The activities offered by the lodge include boat trips, ecological trails, photo safaris, and birdwatching experiences. The goal is to provide a direct immersion in the

Pantanal biome, allowing visitors to closely experience its biodiversity and characteristic landscapes.

In addition to outdoor experiences, the accommodation structure is one of the highlights mentioned by guests. The lodging units were designed to provide comfort without losing connection with the natural environment. Personalized service and regional cuisine are also among the establishment's distinctive features.

Another increasingly relevant aspect is the commitment to sustainable tourism. The lodge develops initiatives focused on environmental preservation and the appreciation of Pantanal culture, seeking to balance tourism activities with ecosystem conservation.

With the growing trend of domestic tourism and the search for nature-based experiences, expectations for the July season are high in the region. For those seeking rest, adventure, and direct contact with one of the richest biomes on the planet, the destination stands out as one of the leading options in the state of Mato Grosso.



ELEIÇÃO MAIS SEGURA

ANA CAROLINA GUERRA

Gaeco, Naco e órgãos de controle intensificam fiscalização e ampliam cerco à política de MT antes das eleições de 2026

Estruturas de investigação reforçadas, integração entre órgãos de controle e ampliação da atuação em crimes eleitorais elevam a fiscalização sobre agentes públicos



A atuação cada vez mais integrada dos órgãos de investigação e controle promete tornar o ambiente político de Mato Grosso ainda mais rigoroso no período que antecede as eleições de 2026. Com estruturas fortalecidas e atuação conjunta entre Ministério Público, Polícia Civil, Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), Núcleo de Ações de Competência Originária (Naco), Controladoria-Geral do Estado (CGE) e outros órgãos de fiscalização, cresce a expectativa de um acompanhamento mais intenso sobre possíveis irregularidades envolvendo agentes públicos, organizações criminosas e crimes eleitorais.

O movimento acompanha uma tendência nacional de endurecimento no combate à corrupção, ao abuso de poder político e econômico e à infiltração de organizações criminosas no processo eleitoral. Nos bastidores, partidos políticos e pré-candidatos já demonstram preocupação com o aumento da fiscalização e com a necessidade de redobrar os cuidados durante o período pré-eleitoral.

A recente reestrutur

ação promovida pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal ampliou ainda mais esse cenário. O colegiado alterou a resolução que regulamenta o Grupo Nacional de Apoio ao Enfrentamento ao Crime Organizado (Gaeco Nacional), permitindo que a força especializada passe a atuar também em crimes eleitorais praticados por organizações criminosas e em delitos conexos.

As mudanças foram oficializadas por meio de resoluções assinadas pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet Branco, e representam um importante avanço no enfrentamento de práticas criminosas que possam comprometer a lisura do processo democrático.

Na prática, isso significa que o Gaeco Nacional passa a ter competência para atuar em investigações envolvendo compra de votos, financiamento ilícito de campanhas, lavagem de dinheiro, utilização de recursos oriundos do crime organizado e demais condutas que possam influenciar o resultado das eleições por meio de organizações criminosas.

Em Mato Grosso, esse fortalecimento institucional se soma ao trabalho já desempenhado pelo Naco Criminal, pelo Gaeco estadual e pelos demais órgãos de controle, que nos últimos anos vêm acumulando operações de grande repercussão contra esquemas de corrupção, desvios de recursos públicos, fraudes em licitações e organizações criminosas.

Embora ainda não exista qualquer anúncio oficial de operações voltadas especificamente ao processo eleitoral de 2026, especialistas avaliam que o aparato montado pelas instituições tende a ampliar significativamente a capacidade de prevenção e repressão a crimes dessa natureza.

O trabalho desenvolvido por essas equipes tem como principal característica a atuação integrada. Promotores de Justiça, delegados, policiais civis, auditores e técnicos especializados atuam de forma coordenada na produção de provas, análise financeira, rastreamento patrimonial, inteligência e cumprimento de medidas judiciais.

Essa união de esforços tem permitido investigações mais robustas e tecnicamente fundamentadas, au-

mentando a eficiência das apurações e reduzindo o tempo necessário para identificar eventuais irregularidades.

Um exemplo recente dessa atuação ocorreu na última semana com a deflagração da Operação Gomorra, conduzida pelo Núcleo de Ações de Competência Originária Criminal (Naco Criminal).

O caso ganhou ampla repercussão após ser revelado em primeira mão, com exclusividade, pelo Jornal Centro Oeste Popular. A reportagem antecipou detalhes da Operação Gomorra antes da divulgação oficial das medidas judiciais, trazendo ao público informações sobre o avanço das investigações conduzidas pelo Naco Criminal e os alvos da ofensiva. Posteriormente, as diligências foram confirmadas pelo Ministério Público de Mato Grosso (MPMT).

A operação teve como alvo o prefeito de Campo Verde, Alexandre Lopes (União Brasil), além de servidores públicos municipais e empresários investigados por supostas fraudes em processos licitatórios e contratos administrativos.

A ação representa a segunda fase das investigações conduzidas pelo Ministério Público de Mato Grosso.

Durante o cumprimento das ordens judiciais, foram realizados mandados de busca e apreensão em residências e empresas localizadas em Cuiabá, além de diligências na Prefeitura de Campo Verde e nas casas de servidores públicos do município.

Também foram determinadas medidas cautelares de afastamento de servidores públicos, entre eles o secretário municipal de Obras, Rubens Anunciação Júnior.

Segundo o Ministério Público, o objetivo foi aprofundar a investigação, preservar provas e apurar even-

tual participação de agentes públicos e particulares em possíveis irregularidades relacionadas à contratação de empresas pela administração municipal.

A operação contou com o apoio da Polícia Civil, da Controladoria-Geral do Estado (CGE) e do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), demonstrando a força do trabalho conjunto desenvolvido pelas instituições.

A integração entre esses órgãos vem sendo considerada um dos principais diferenciais das investigações mais recentes.

Cada instituição atua dentro de sua competência constitucional, compartilhando informações técnicas, cruzando bancos de dados, realizando análises patrimoniais e financeiras e executando medidas judiciais autorizadas pelo Poder Judiciário.

Essa atuação coordenada fortalece não apenas as investigações, mas também garante maior segurança jurídica aos procedimentos adotados.

Outro ponto destacado por integrantes do sistema de Justiça é que todas as investigações seguem rigorosamente os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e da presunção de inocência.

Ou seja, a abertura de uma investigação ou mesmo o cumprimento de medidas cautelares não representa reconhecimento de culpa, cabendo ao Poder Judiciário decidir, ao final do processo, sobre eventual responsabilização dos investigados.

Ainda assim, o fortalecimento das estruturas investigativas tem provocado mudanças significativas no comportamento dos agentes públicos.

A expectativa é que a fiscalização mais intensa funcione também como instrumento preventivo, reduzindo

práticas ilícitas e incentivando maior transparência na gestão pública e na condução das campanhas eleitorais.

Especialistas em Direito Eleitoral avaliam que a tendência é de maior controle sobre gastos de campanha, movimentações financeiras, utilização da máquina pública e eventuais vínculos entre candidatos e organizações criminosas.

A atuação preventiva também deve envolver monitoramento de denúncias relacionadas ao abuso de poder econômico, compra de votos, uso irregular de programas públicos e financiamento eleitoral ilícito.

Nos bastidores políticos, lideranças partidárias já orientam pré-candidatos a reforçar o cumprimento da legislação eleitoral e manter rigor absoluto na prestação de contas e na condução das atividades políticas.

A preocupação cresce diante do aumento da capacidade técnica dos órgãos de investigação, que hoje contam com ferramentas de inteligência, análise de dados, cooperação institucional e rastreamento financeiro muito mais avançadas do que em pleitos anteriores.

Nesse cenário, o trabalho desenvolvido por Naco, Gaeco, Ministério Público, Polícia Civil, CGE e demais instituições passa a desempenhar papel estratégico na proteção da administração pública e na preservação da legitimidade do processo eleitoral.

A atuação firme dessas equipes evidencia um esforço contínuo para garantir que eventuais irregularidades sejam apuradas com responsabilidade, técnica e imparcialidade, fortalecendo os mecanismos de controle e contribuindo para que as eleições de 2026 ocorram dentro dos princípios da legalidade, da transparência e da igualdade entre os candidatos.



CADA UM NO SEU QUADRADO

ANA CAROLINA GUERRA

Secretário atribui ao Ibama demora em licenças e diz que sinalização em obras do BRT é responsabilidade dos municípios

Marcelo afirmou que o Governo tem cumprido sua parte nas rodovias estaduais

O secretário de Estado de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso, Marcelo de Oliveira e Silva, afirmou que o Governo do Estado tem cumprido sua responsabilidade na execução de obras e projetos de infraestrutura, enquanto atribuiu ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a demora na liberação de algumas licenças ambientais necessárias para empreendimentos rodoviários.

Ao ser questionado sobre possíveis entraves envolvendo autorizações ambientais, o secretário rejeitou a hipótese de falhas técnicas por parte do Estado e afirmou que os pedidos de licenciamento estão devidamente protocolados junto aos órgãos competentes. Segundo ele, apenas dois projetos seguem pendentes de análise pelo Ibama: as intervenções no Portão do Inferno, em Chapada dos Guimarães, e a MT-322. “O resto

tudo saiu”, declarou.

Marcelo também evitou atribuir motivações políticas aos atrasos e ressaltou que sua atuação é exclusivamente técnica. “Não faço política, faço técnica”, afirmou.

Durante a entrevista, o secretário comentou ainda sobre as obras do BRT em Cuiabá e Várzea Grande. Após ser questionado sobre a ocorrência de mais um acidente com vítima fatal na Avenida principal da cidade, afirmou que a sinalização viária dentro dos municípios é de responsabilidade das prefeituras. Segundo Marcelo, o Estado já entregou os semáforos necessários para a implantação do sistema em Várzea Grande.

De acordo com o secretário, todas as estações e paradas do futuro corredor de transporte coletivo contarão com semáforos e passagens para pedestres. Ele também informou que o governo já trabalha na elaboração de um ante-

projeto para o segundo trecho do BRT, que deverá ligar a região do Coxipó ao centro de Cuiabá.

Apesar disso, Marcelo destacou que o avanço das novas etapas dependerá da conclusão das obras atualmente em andamento. Segundo ele, o governo busca evitar impactos ainda maiores no trânsito da Capital, que já convive simultaneamente com intervenções em corredores viários importantes, como as avenidas Miguel Sutil, Prainha e a futura obra no encontro da Avenida dos Trabalhadores com a Avenida das Torres.

O secretário também atualizou o andamento do projeto da MT-030, rodovia planejada para ampliar a ligação entre Cuiabá e Chapada dos Guimarães. Conforme explicou, o empreendimento ainda está na fase de contratação dos serviços necessários para os levantamentos técnicos preliminares.

Questionado sobre



pedido de esclarecimentos do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MT) relacionado a licitações das obras do BRT, negou qualquer irregularidade e afirmou que todos os procedimentos realizados pela Sinfra seguiram a legislação vigente.

Segundo ele, as contratações emergenciais realizadas pela pasta tiveram autorização do próprio TCE e não significam dispensa de licitação, mas apenas redução

dos prazos para participação das empresas interessadas. “Todo o procedimento foi respeitado”, garantiu.

Além disso, o secretário afirmou que a Sinfra não tem receio das fiscalizações realizadas pelos órgãos de controle e destacou que, nos sete anos e meio em que está à frente da pasta, não houve qualquer acusação de corrupção envolvendo a secretaria.

Por fim, Marcelo co-

mentou sobre as especulações envolvendo a capacidade financeira da concessionária responsável pela expansão da ferrovia estadual em direção ao norte de Mato Grosso. Segundo ele, caso haja descumprimento contratual por parte da empresa, o Governo do Estado adotará as medidas jurídicas previstas nos contratos para assegurar a continuidade do empreendimento.

POUSADA • RIO
MUTUM

DESCUBRA O CORAÇÃO DO PANTANAL

Natureza intocada, conforto absoluto e experiências inesquecíveis entre rios, fauna e paisagens únicas.



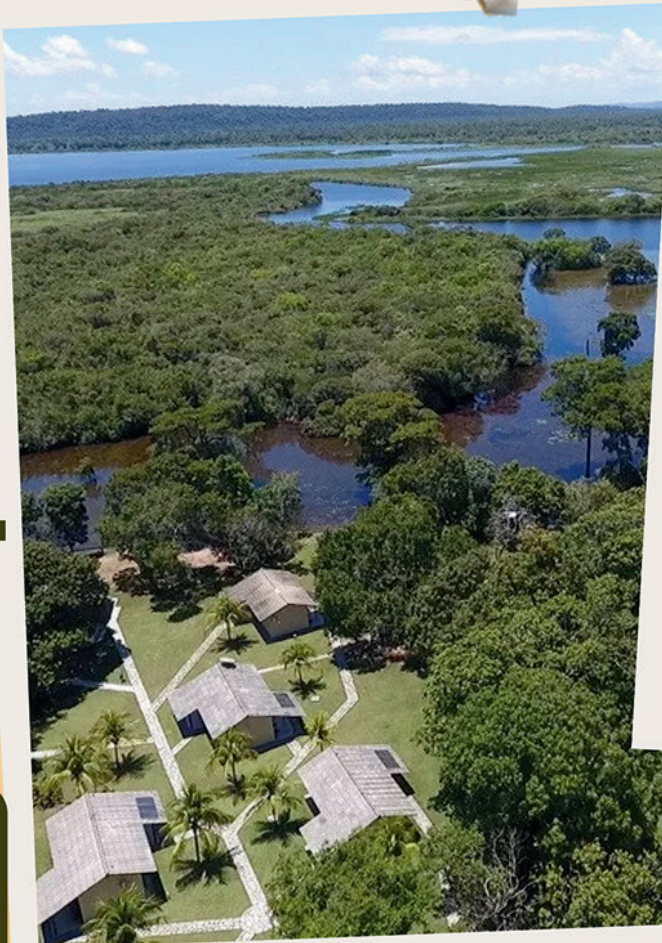
+55 (65) 3052-7022

+55 (65) 99671-7022

info.reservas@pousadamutum.com.br



www.pousadamutum.com.br



Aventuras que ficam para sempre

Seu refúgio no Pantanal



Encontros que emocionam